

Direitos humanos

O Relatório Anual 2005 da Anistia Internacional, divulgado ontem, é revelador da ineficácia da ação governamental contra a violação dos direitos humanos no Brasil. Com destaque sobretudo para a violência policial, o texto afirma que a tortura ainda é “generalizada e sistemática em prisões, delegacias e no momento em que é efetuada a prisão”. Descreve o policiamento no país como “ineficaz, violento, discriminatório e corrupto”. Denuncia a ação generalizada de esquadrões da morte em todo o território nacional, com “execuções extrajudiciais de suspeitos de crimes”, às vezes “como limpeza social”.

A organização não-governamental reconhece que o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos, reage com “uma série de iniciativas”. Cita as campanhas de desarmamento e contra a tortura, a legislação de controle de armas, a proposta de reforma do Judiciário, o Plano Nacional de Segurança Pública, a criação de programa destinado a proteger defensores de direitos humanos, a formação de forças-tarefas para enfrentar o crime organizado. Mas avalia que, na prática, os esforços não correspondem à expectativa. E condena a lentidão do sistema judiciário e a impunidade.

No fundo, as causas da ineficiência estão sintetizadas em frase da secretária-geral da ONG, Irene Khan, no prefá-

cio do documento e válida para o mundo todo: “Os direitos humanos não são apenas uma promessa por cumprir, são uma promessa traída”. No caso do Brasil, o relatório compara o empenho despendido para o pagamento da dívida externa, com rígida política fiscal e monetária, com o frouxo enfrentamento dos problemas sociais. Como exemplo, destaca a distância entre as metas da reforma agrária e o que de fato o governo tem realizado no setor.

No plano global, a Anistia adverte que o novo patamar a que foram alçados os direitos humanos após a Segunda Guerra Mundial — com base na paz, na segurança e no desenvolvimento —, perde espaço para “uma agenda que usa a linguagem da justiça e da liberdade” para impor políticas de medo e insegurança. Especificamente, condena “tentativas cínicas de redefinir a tortura, para fazê-la aceitável”, em crítica explícita aos Estados Unidos, cujo governo é acusado de “fazer tudo ao seu alcance para restringir a aplicação da Convenção de Genebra”.

Mais do que denunciar violações pontuais dos direitos humanos, o texto é convincente chamamento à comunidade internacional para que reafirme os padrões universais da decência e da dignidade humana, da igualdade e da justiça. O desafio é romper a apatia não apenas de líderes mundiais, governantes e organismos internacionais, mas também do cidadão comum. Só assim se restabelecerá o devido respeito a tão caros valores.